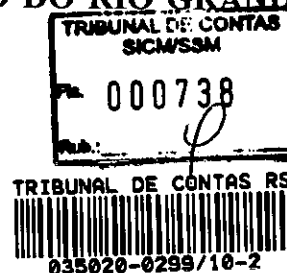


**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR CONSELHEIRO PRESIDENTE
DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL**

**PROCESSO N.º 1485-0200/09-1
PRESTAÇÃO DE CONTAS 2009
EXECUTIVO MUNICIPAL DE BARRA DO GUARITA/RS**



Tribunal de Contas-RS-Protocolo
CORREIO ()-EM RMOS A/21-Set-2010/17:57008108-1/2

CESAR TADEU PAIER, Administrador do Executivo Municipal de Barra do Guarita/RS, por seu procurador infra-assinado, instrumento de mandato incluso, vem, a presença de Vossa Excelência, dentro do prazo legal, apresentar os

ESCLARECIMENTOS

aos apontes constantes no Relatório de Auditoria da Prestação de Contas do Exercício de 2009, conforme prevê o artigo 48, inciso III do Regime Interno deste Tribunal de Contas, na forma a seguir aduzida.

RELATÓRIO DE AUDITORIA:

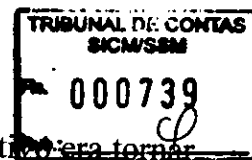
1. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

1.1. Adicional de Insalubridade – Ausência de Laudo Técnico.

O apontamento trata do pagamento de adicional de insalubridade sem a respectiva elaboração de estudo técnico indicativo das funções são perigosas e insalubres e em que grau.

Neste sentido cumpre esclarecer que o Gestor logo após assumir o Executivo Municipal determinou ao Setor competente para que contactasse com empresas do ramo, a fim elaboração de Laudo Técnico sobre a Insalubridade.

Com a contratação da referida empresa, foi elaborado o Laudo Técnico de atividades insalubres e periculosa dentro da Administração Municipal.



Diante do laudo foi encaminhado projeto de lei, com o objetivo de regular a indenização aos Servidores, contudo, a Câmara Municipal ainda não aprovou referido projeto.

Com a falta de aprovação pela Câmara, ou seja, inexistência de Lei, o Executivo Municipal entender que não seria possível aplicar a indenização aos servidores com base nesse Laudo que faz parte do projeto pendente de aprovação.

Esse entendimento somente mudou com auxílio da Equipe de Auditoria do Tribunal de Contas, que em serviço de rotina, afirmou que após a elaboração do Laudo o Município já poderia indenizar os Servidores conforme as disposições e graus do mesmo.

Importante referir que atualmente está devidamente regularizado o pagamento e a indenização por condições insalubres é paga apenas aos Servidores contemplados no Laudo.

Diante do exposto se requer que seja desconsiderado o destacado neste item para fins de responsabilidade dos Administradores do Município.

1.2. Salário – Família – Vinculação à Legislação Federal – Pagamento em Valores Superiores ao Devido – Prejuízo ao Erário

O item acima trata do teto remuneratório para percepção do salário-família, no Município de Barra do Guarita, que estava vinculado ao valor previsto para o Regime Geral de Previdência Social, mediante reajustes automáticos.

Todavia, entende a Equipe de Auditoria que a vinculação de benefícios e, conseqüentemente, do montante gasto à legislação federal viola a autonomia municipal e ofende os princípios orçamentários, uma vez que impede a programação da despesa e sua realização de acordo com as possibilidades financeiras do Município.

Contudo o aponte já foi regularizado com Lei Municipal nº 999/2010 que determinou a alteração do art. 48 “caput” e § único da Lei Municipal nº 572/2003, documento anexo.

2. DESPESAS

2.1. Aquisição de Combustível sem Licitação

De fato, o que ocorreu foi que, ao assumir a Administração Municipal, em janeiro de 2009, o Sr. Gestor encontrou os depósitos de combustíveis absolutamente vazios, conforme declaração em anexo.

Consultando o consumo médio mensal, faz a previsão de adquirir, de forma emergencial, dado que não pode a Administração prescindir de combustível, quantidade suficiente até a realização do procedimento licitatório, o que o fez.

Assim, esgotado o combustível inicialmente adquirido, procedeu-se no procedimento licitatório, ao qual fica o Município absolutamente vinculado ao resultado e, mais, pode-se afirmar que, ao contrário do alegado pela equipe de auditoria, o preço obtido na licitação, inferior ao emergencial, de fato caracteriza ganho à Administração e não prejuízo pela aquisição em caráter emergencial.

Documentos em anexo.

Cumprir dizer que ao assumir o comando do Município em janeiro de 2009, o gestor tinha como prioridade dar continuidade aos serviços, especialmente os essenciais como Saúde, Educação e Agricultura.

No dia 06.01.2009 chegou a informação escrita da Secretaria de Obras que é responsável pelo recebimento, armazenamento e distribuição de combustíveis, afirmando que os tanques de álcool, gasolina e óleo diesel estavam vazios. (doc. em anexo).

Início de mandato, troca e remanejamento de funcionários, adequações básicas sendo tomadas, não haviam Secretários nomeados, sequer se tinha Comissão de Licitação formada.

Comprar como e de que forma ?

Através do Of. nº 03/2009, datado desse mesmo dia 06 de janeiro, solicitamos ao Setor de Compras da municipalidade que adotasse medidas para aquisição de combustível em caráter emergencial, sendo feita pesquisa de preços. (Ofício anexo).

O Setor de Compras, no mesmo dia encaminhou solicitação de preços dos produtos ao Posto Hanauer (Tenente Portela), Posto do Alemão (Vista Gaúcha) e TRR Lambari (Ijuí), conforme documentos anexo.

As 3 (três) empresas cotaram os preços (documentos em anexo).

De boa-fé, certos de que havia tomado o melhor caminho para aquisição destes produtos, e poderia então começar a movimentar a máquina pública (Saúde, Educação e Agricultura), o Gestor determinou a aquisição dos produtos pelo “melhor preço”.

Quanto ao fato de ter-se realizado Licitação para aquisição de combustível somente no mês de março, isso deve ao fato de ainda havia combustível em estoque/disponível.

Na licitação em que houve cotação a menor (gasolina R\$ 2,43 e álcool R\$ 1,699) foram adquiridos 40.000 litros de cada produto, ou seja, quantidade 6 (seis) vezes superior para álcool e 5 (cinco) vezes superior para gasolina.

Também faz-se necessário lembrar que as cotações de preços nas licitações podem sofrer alterações dos preços dentro dos prazos de entrega do produtos, sendo isso motivo para cotarem preço sempre mínimo possível.

A aquisição sem licitação não teve como propósito pagar mais pelo produto, mas sim buscar solução para inoperância da máquina pública que não tinha um litro sequer de combustível e a prova disso são os documentos em especial a cotação de preços feita.

Assim, se espera estar a justificada a compra desses produtos da forma como se deu, considerando a data em que ocorreu, a forma e a quantia, pelo que solicita a baixa da responsabilidade.

2.2. Aquisição de Sêmen Bovino

2.2.1. DESPESA SEM AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA

O Plano Plurianual (Lei 665/04) previa incentivo, melhoria no rebanho de gado do Município (doc. anexo)

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2009 havia previsão orçamentária para esse fim.

Posterior, ainda, houve aprovação de Lei específica para esse fim (cópia lei nº 898/09, anexo).

Noutro aspecto, há lisura no pagamento, visto que devidamente identificado o beneficiado, o repasse do produto (sêmen) é confirmado pelo trabalho desenvolvido na Secretaria de Agricultura feito diretamente aos produtores.

Os valores pagos ficam aquém do limite exigido para licitação.

2.3. Repasse de Recursos Financeiros para Despesa de Capital

2.3.1. PRESTAÇÃO DE CONTAS IRREGULAR

O bem referido (trator esteira) foi adquirido pela ADM no ano de 2004, mediante financiamento no Banco do Brasil.

Ocorre que após divergências quanto aos valores financiados inclusive com ingresso de medida judicial/revisional no ano de 2008, sendo que nesse ínterim a ADM foi beneficiada por medida Governamental de anistia de dívidas, ficando o valor financiado, reduzido de cerca de R\$ 400.000,00 para R\$ 80.476,78, que deveria ser pago até dia 31.12.2008 impreterivelmente sob de perda do benefício da redução.

Como a ADM estava no cadastro de inadimplentes SERASA devido falta de pagamento daquele financiamento, foi buscado recurso em nome de uma associada Soeli Novak junto a Cooperativa SICREDI a ordem de R\$ 32.000,00, como descrito no Relatório, sendo então pago/quitado a dívida do financiamento original.

Para isso o Município repassou o recurso a ADM no valor de R\$ 35.662,28, cujo objetivo foi pagar o valor financiado no SICREDI (documentos em anexo).

Equivocada a equipe de auditoria ao afirmar que não foi efetivada a prestação de contas.

Os documentos em anexo atestam e comprovam, tanto a efetiva prestação de contas, como a regularidade das mesmas.

Documentos em anexo.

2.4. Pagamento de Despesas não Liquidas

Apontamento corrigido conforme RAG nº 02.

2.5. Contratação de Serviços de Intermediação de Verbas Públicas

Nesse aspecto ousamos discordar da equipe de Auditoria a qual entende que o serviço prestado pela empresa SOLDI se incluem na rotina dos serviços burocráticos e políticos dos poderes constituídos.

Sem desmerecer nossos Servidores, informamos que não temos pessoal suficientemente técnico e especializado nessa área.

“Com recurso/dinheiro não se brinca”, qualquer descumprimento de prazo ou mau encaminhamento de dados e documentos pode ensejar a perda do recurso ou reprovação do projeto.

Conforme Relatórios das Atividades da empresa cuja cópias juntamos, verifica-se no ano de 2009 a elaboração, encaminhamento e alteração de dezenas de projetos.

Também como prova da efetiva prestação do serviço juntamos todas as propostas encaminhadas via SICONV com o Município de Barra do Guarita como beneficiário.

Importa destacar que durante toda História Político Administrativa do nosso Município não haviam sido encaminhados e aprovados tantos projetos na esfera Federal e Estadual como ocorreu somente no ano de 2009.

Estão em plena atividade a construção/ampliação do Posto de Saúde, Escola, Pavimentação Asfáltica de 21212m², breve daremos início a construção de Creche com recursos a ordem de 1.200,000,00 etc..

Nesse sentido, podemos com certeza afirmar: Não fossem os encaminhamentos e acompanhamentos desses projetos pela empresa SOLDI, o Município estaria obtendo recursos a conta gota com se diz.

Com todo respeito ao Serviço de Auditoria, mas dizer que “elaborar, encaminhar e acompanhar projetos” é serviço burocrático que não demanda qualquer conhecimento, ultrapassa o limite do bom senso.

Esperamos chegar o dia em que nós administradores não sejamos tão execrados pelos técnicos que muitas vezes buscam apontar pequenas falhas ou irregularidades tão somente para justificar o serviço prestado.

Equivocada a equipe de auditoria.

Os serviços são de fato, essenciais à Municipalidade, seja por sua relevância, seja pela sua efetividade.

O Município de Barra do Guarita, por certo, se não o mais beneficiado, é um dos mais beneficiados Municípios da Região Ceileiro, com recursos federais, o que por ser comprovado mediante simples consulta junto ao Governo Federal.

Assim, em que pese qualquer cidadão poder acessar o SICONV, a regularidade e acerto das informações, determina o sucesso nas empreitadas e, assim, na obtenção de recursos.

O apontamento seria válido se, por ventura, não houvesse resultado na contratação, o que não é o caso, dado o elevado e indispensável volume de recursos repassados.

O apontamento não pode prosperar.

2.6. Terceirização Irregular de Serviços

2.6.1. SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Informamos que está sendo viabilizado por meio da assessoria jurídica com apoio do Departamento de Pessoal uma lei/projeto única dispondo sobre o Quadro de Cargos e Funções Públicas do Município.

Tal medida se justifica em razão de que ao longo dos anos foram editadas várias Leis sobre o assunto, o que dificulta sobremaneira o controle.

Nessa adequação para Lei única que deve estar pronta até o final do ano, será incluído o Cargo de Engenheiro, para posterior efetivação/concurso público.

O Município, até a presente data, não possui engenheiro, e não pode prescindir de tais serviços técnicos, ainda, considerando os limites com a despesa de pessoal, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira, providenciará assim que viável, a licitação para a contratação de empresa para elaboração de concurso e demais adequações legislativas necessárias ao provimento do cargo.

2.6.2. SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE

Entende a equipe de auditoria que a manutenção do convênio celebrado entre a Administração e a Associação de Desenvolvimento Municipal, para a prestação de serviços de saúde, seria irregular por ser, segundo entendimento da equipe de auditoria, não caracterizar prestação de serviços e sim mera cessão de sua estrutura.

Em que pese o entendimento respeitável da equipe de auditoria, este é carecedor de fundamentos de fato e de direito. A avença firmada prevê a prestação de serviços e não admissão de pessoal ou cessão de estrutura, com as atividades das ações e serviços públicos de saúde

Tais atividades não são atividades fim e sim meio, portanto, passíveis de serem terceirizadas. Ainda, a estrutura administrativa municipal não comporta toda a demanda de serviços da municipalidade, assim, necessária a terceirização de serviços para a manutenção da atividade dos programas federais de saúde comunitária.

Quanto aos programas de saúde, quase que totalmente financiados por recursos do governo Federal, não há qualquer motivo para efetivar-se concurso público, dado que são atividades temporárias, financiadas por terceiros (Governo Federal) e findáveis pela mera vontade do administrador federal.

Assim, a ideologia da equipe de auditoria deve ser respeitada, no entanto dentro dos critérios de oportunidade e conveniência, próprios do gestor municipal, observada a legalidade, considerando que os serviços contratados não dizem respeito às atividades fim do município a terceirização é absolutamente cabível.

Importante também afirmar que, mesmo sendo legal a terceirização efetivada, a Administração Municipal, a admissão pretendida pela Corte de Contas, demanda legislação municipal com a implantação dos cargos e seus respectivos regulamentos, o que impede a realização de concurso até a adequação do plano de cargos e salários.

Os serviços são efetivamente prestados.

O apontamento não pode prosperar.

2.7. Contratação de Assessoria Jurídica

2.7.1. SOBREPOSIÇÕES DE FUNÇÕES

O contrato firmado no ano de 2008 com a empresa ASSOM, não previa o comparecimento semanal obrigatório do jurídico/advogado da empresa contratada.

O aditamento desse contrato por 3 (três) meses decorreu da necessidade da continuidade da prestação do serviço, inda mais por tratar-se de início da mandato onde surgem dúvidas e incertezas quantos ao atos e procedimentos legais a serem adotados.

Assessor Jurídico Sr. Odilo Gabriel – Cargo em Comissão.

Refere o Serviço de Auditoria que a Lei nº 01/93 que estabelece a estrutura administrativa estipula que “cabe a assessoria jurídica assistência ao Prefeito, emissão de pareceres, defesa dos direitos e interesses do Município, elaboração de contratos e estudo de natureza jurídica com vista atualização da legislação municipal”.

Verdade da Lei assim dispõe, contudo indaga-se:

Qual Órgão institucional e/ou Poder Público (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Tribunal de Contas, Governo Estadual e Prefeituras Municipais), dispõem de apenas um técnico em cada área.

Específico na área do direito, dentre vários ramos temos: Administrativo, Civil, Trabalhista, Tributário, Previdenciário, Eleitoral, Registros Públicos e outros.

Nesse aspecto requer a compreensão desta Corte de Contas, pelo justo motivo de que também dispõe de Técnicos de diversas áreas para bem prestar o serviço que lhes incumbe.

Considerando entendimento da Equipe de Auditoria, teríamos um único profissional, advogado, para atuar em todas as áreas do direito, o que exigiria a presença na Sede Administrativa pelo mínimo 3 (três) dias na semana, com salário de R\$ 1.700,00.

Assim pelo bom senso, razoabilidade e sensibilidade também devem permear o “entendimento”, “interpretação” dos Auditores, devendo o aponte ser desconsiderado.

2.7.2. RECONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS POR VALORES SUPERIORES AOS ANTERIORMENTE AJUSTADOS

Conforme mencionado no item anterior, a contratação feita pelo Edital nº 19/08 não exigia a presença comparecimento semanal obrigatório do jurídico/advogado da empresa contratada.

Portanto, o alegado acréscimo de 12,24% sobre o valor da contratação anterior justifica-se pelo seguinte:

Primeiro. Que foram 2 (dois) editais distintos e em anos diferentes. O Edital 19/08 ocorreu no último de mandato da administração anterior, enquanto o

Edital nº 06/09 foi realizado no ano de 2009 sob a égide de uma nova administração, ficando assim afastado o alegado acréscimo.

Segundo. O objeto de um edital e do outro era diferente. Somente foi feita nova licitação porque os interesses da administração exigiam que o jurídico/advogado da empresa vencedora estivesse presente, comparecesse uma vez por semana na Sede do Município.

Terceiro. Usado bom senso é fácil perceber que a contratação anterior (edital 19/08) era mais onerosa, pois não havia necessidade de deslocamento até o Município.

Quarto. Da forma que esta a empresa disponibiliza de pessoal com veículo próprio, com custo de alimentação, etc. por R\$ 168,19 a mais, ou seja, R\$ 42,00 por viagem, considerando 4 (quatro) vezes na semana que deve vir até a Sede do Município.

Ademais o representante da empresa é pessoa capaz, séria, responsável, nunca faltou o compromisso de estar presente na Sede do Município conforme Relatório de Atividades mensais que juntamos, além de cumprir horário (7h e 30min, às 11h e 30min e 13h às 17h).

Em relação aos procedimentos do ano de 2008, cabe ressaltar que os mesmos não são de responsabilidade do atual gestor, muito embora tenham sido efetivados na forma da Lei.

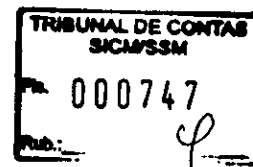
Posteriormente, foi realizado novo procedimento licitatório, aberto pelo Edital nº 06/09, em 27-03-09, na modalidade Convite, também para a prestação de serviços de consultoria administrativa e assessoria jurídica complementar do Poder Executivo Municipal (fls. 175 a 178).

Em verdade, houve a realização de nova licitação, dada a não possibilidade e interesse, nas condições originalmente contratadas por parte da empresa contratada.

Assim, realizado o procedimento licitatório, a menor das ofertas, como não poderia deixar de ser, foi adjudicada e, eventualmente, mais onerosa do que a anterior.

Frise-se que, o valor de acréscimo, correspondente a 12,24% não é nada exorbitante, considerando que o prazo entre a avença inicial e o novo contrato é de aproximadamente 12 meses.

O apontamento não pode prosperar.



3. RECEITAS

3.1. Gestão de Receitas Próprias

3.1.1. AUSÊNCIA DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Em relação a ausência de cobrança da CIP, importante esclarecer que este ponto encontra-se devidamente sanado, após inúmeras tentativas de rediscutir valores com a RGE, inclusive com a propositura de ação judicial, da qual não obtivemos sucesso.

3.1.2. IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

Em atenção ao destacado nesse item, e na tentativa de corrigir possíveis distorções, informamos no ano de 2010 houve atualização dos valores através da Lei Municipal nº 923/2009, conforme cópia anexa.

3.1.2.1. Valores Desatualizados

Quanto aos valores desatualizados, ainda no exercício sob exame houve a edição da Lei nº 923/2009, sendo que o imóvel nº 363-0, segundo consta no Cadastro do Valor Venal passou de R\$ 2.833,20 para os R\$ 4.278,72.

Na ocasião da compra e venda foi atribuído valor ao referido imóvel a ordem de R\$ 4.000,00 pelo contribuinte, o Município aceitou esse valor porque lhe era mais conveniente, ou seja, recebeu em tributos valores superiores ao que realmente era devido.

Equivoca-se o Serviço de Auditoria ao referir que a atualização foi de 170% (cento e setenta por cento), o que considerando o valor de R\$ 2.833,20, resultaria no valor de R\$ 7.649,64 e não nos atuais R\$ 4.278,72.

3.1.2.2. Valores Distintos para IPTU e ITBI

Quanto ao apontado, cumpre salientar que se desconhece os motivos pelo qual o Serviço de Auditoria encontrou no Cadastro Imobiliário do Município o valor R\$ 2.567,70 para o imóvel nº 256-0, visto que no Cadastro do Valor Venal constava no ano de 2009 R\$ 5.432,16, e, com a atualização da Lei 593/2009, passou para R\$ 8.201,76.

Portanto, não é verdade que o valor desse imóvel era R\$ 2.567,70, o que provamos com a Guia de ITBI datada de 13.07.2009, cujo valor atribuído foi de R\$ 5.500,00, valor esse também atribuído para fins de cobrança de IPTU (documentos em anexo).

Novamente equivoca-se o Serviço de Auditoria ao referir que a atualização desse imóvel foi de 320% (trezentos e vinte por cento), o que considerando o valor de R\$ 5.432,16 resultaria no valor de R\$ 22.815,07 e não nos atuais R\$ 8.201,76.

3.1.2.3. Exclusões de Benfeitorias nas avaliações

Considerando existir no Município centenas de residências da população de baixa renda, aliado ao fato de que o sistema de tributos no Município não distingue o estado de conservação das benfeitorias, podem ocorrer nuances como estas abordadas pelo Serviço de Auditoria.

Exemplo:

Uma casa de madeira construída a mais de 30 (trinta) anos tem o m2 avaliado pelo mesmo valor de casa recentemente construída.

Ainda, considerando o tipo de construção (madeira) e o tempo (+ de 30 anos) não é raro ter terrenos que possuem valor venal 4 (quatro) vezes superior ao valor da construção.

Relativo ao imóvel nº 47-0 houve equívoco na avaliação atribuída pela Fazenda Municipal, pois o correto seria R\$ 10.900,00.

Relativo ao imóvel nº 294-0, erroneamente o Serviço de Auditoria atribui como valor venal R\$ 8.905,20, visto que no Cadastro do Valor Venal constava no ano de 2009 R\$ 14.157,57, e, com a atualização da Lei 593/2009, passou para R\$ 21.553,63, conforme Guia de ITBI e Cadastro Valor Venal que juntamos.

Informamos também que esse valor de R\$ 14.157,57 foi usado para cálculo do IPTU no ano de 2009 e para 2010 será de R\$ 21.553,63.

Portanto, não é verdade que o valor desse imóvel era R\$ 2.567,70, o que provamos com a Guia de ITBI datada de 13.07.2009, cujo valor atribuído foi de R\$ 5.500,00, valor esse também atribuído para fins de cobrança de IPTU (documentos em anexo).

3.1.3. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA

3.1.3.1. Ausência de Retenção

Trata-se de um equívoco ocorrido em apenas 3 (três) pagamentos, mas que logo após o Gestor tomar conhecimento foi providenciado a correção.

Assim, foi mantido contato com as Empresas Borges Matiuzzi & Cia Ltda, Rother & Manzini Ltda e Clínica RCS Ltda, as quais já recolheram aos Cofres Público a quantia de R\$ 73,80, R\$ 45,00 e R\$ 15,83, respectivamente (comprovante em anexo).

Neste sentido diante da falha sanada deve o ser afastado o apontamento.

4. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

4.1. Incorreta Especificação do Objeto e Ausência de Competição

Equivocado o apontamento.

O contrato social e o cartão CNPJ das empresas, em anexo, atestam a compatibilidade do objeto social das convidadas com o objeto da licitação.

4.1.1. CONCERTO DE RETROESCAVADEIRA

Tal qual o apontamento anterior, o mesmo não pode prosperar.

O contrato social e o cartão CNPJ das empresas, em anexo, atestam a compatibilidade do objeto social das convidadas com o objeto da licitação.

4.1.2. CONSTRUÇÃO E REFORMA DE SALA DE AULA

Equivocado, novamente o apontamento, dado que no ano de 2008, a mesma empresa, venceu e cumpriu contrato com a Administração municipal para fornecimento de merenda escolar.

Contrato em anexo.

4.1.3. AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR

Equivocado, novamente o apontamento, dado que no ano de 2008, a mesma empresa, venceu e cumpriu contrato com a Administração municipal para fornecimento de merenda escolar.

Contrato em anexo.

4.1.4. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS

4.1.5. REPETIÇÃO DE CONVITE PARA MESMAS EMPRESAS

Há de se dizer, primeiramente, que o edital 19/08 é de responsabilidade da gestão anterior, ou seja, em nada podia interferir o atual gestor.

Em relação ao novo convite, tal qual o já apontado em item anterior, a contratação se mostra cabalmente acertada, comprova pela expressivo volume de recursos obtidos pelo Município.

Ainda, há de se dizer que não qualquer irregularidade no convite formulado e realizado pela atual gestão.

5. ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E DO PATRIMÔNIO

5.1. Aquisição de Pneus

É bem verdade que ocorreu uma falha dos motoristas responsáveis pelos veículos e que efetuaram as trocas dos pneus em não anotarem nas Cadernetas de cada veículo a data e a Km quando ocorreu a troca.

Porém, não podemos concordar que o Serviço de Auditoria desconsidere que veículo rodando gasta, consome pneus.

Ora, estando comprovada nas Cadernetas os Km percorridos pelos dos veículos, aliado ao consumo de combustível, oras extras pagas aos motoristas, centenas de viagens as cidades de Tenente Portela, Ijuí, Frederico Westphalen, Palmeira das Missões, Três Passos e Porto Alegre, ou seja do regular andamento prestação do serviço na Secretaria da Saúde, por que motivo não se deveria gastar/comprar pneus ? ?

A comprovar o alegado juntamos Relatórios diários da Secretaria de Saúde indicando o deslocamento as cidades citadas.

Ainda, juntamos cópias das Notas Fiscais de aquisição desses bens/pneus onde no verso das mesmas consta assinatura dos Funcionários que conferiram, receberam e/ou retiraram os pneus, além de Declarações dos motoristas responsáveis pela retirada e troca dos pneus dos veículos, a fim de que se comprove o uso dos mesmos.

6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

6.1. Ausência de Recolhimento

Trata-se descuido, erro funcional relativo apenas 2 (duas) notas de empenho, mas cuja empresa Duana Transportes Ltda já foi devidamente cientificada e recolheu/pagou os valores devidos (comprovantes em anexo).

Assim, estando sanada a irregularidade para ser então afastada do aponte.

6.1. Ausência de Destaque, retenção e Recolhimento

A falha que se deu em decorrência da falta de experiência do funcionário o qual havia sido designado para tal no início do ano de 2009.

No entanto, logo que o Gestor tomou ciência do ocorrido, foram adotadas medidas legais para sanar o erro.

Os valores já estão devidamente pagos/retidos, conforme comprovantes em anexo, pelo que pedimos a exclusão da responsabilidade.

6.2. Recolhimento Intempestivo

Nesse item também houve pequena falha funcional por não saber, não ter conhecimento suficiente de que os valores retidos a título de contribuição previdenciária deveriam obrigatoriamente ser recolhidos/pagos até o dia 10 do mês seguinte.

Nesse caso foi realizada a devolução desses valores de R\$ 228,84 aos cofres do Município (comprovante anexo).

Assim com a certeza de estar sanado o aponte, deve o mesmo ser excluído do Relatório.

7. REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA

7.1. Recolhimentos em Atraso e Ausência de Repasses de Parcelas Previdenciárias

Essa falha encontra-se devidamente sanada como consta no próprio Relatório, pois houve repasse para o FABS de R\$ 49.268,81, autorizados mediante leis 567/2003 e 817/2008.

8. GESTÃO DO TRÂNSITO MUNICIPAL

O Município adotou todas as medidas legalmente exigidas para Gerir o Trânsito Municipal conforme documentos anexos.

No entanto, sendo que o Município é bastante deficiente no aspecto da sinalização de trânsito em decorrência na inexistência de política pública nessa área, o Parecer do Órgão Estadual foi desfavorável.

Atualmente foi dado início ao asfaltamento das principais ruas da Cidade e logo após concluída essa etapa, que deve ocorrer até 1º trimestre de 2011, serão adotadas medidas de incentivo a construção de passeios públicos e conseqüentemente da implantação de sinalização das vias.

Contudo, importa referir que o Município de Barra do Guarita, nesse primeiro ano da atual administração adotou medidas para integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito, o que somente não ocorreu por condições físicas (falta de sinalização) e não por omissão do Gestor.

9. AGENTES POLÍTICOS

9.1. Pagamento de Gratificação Natalina sem Previsão na Lei de Subsídios

O apontamento insurge-se quanto ao pagamento de gratificação natalina a agentes políticos, no caso o Prefeito e ao Vice-Prefeito sem legislação específica local com esta previsão.

A alegação da inexistência de previsão legal no âmbito municipal estaria por contrariar 'latu sensu' a legalidade de tal pagamento, sem contudo, apontar qual o dispositivo legal que estaria sendo atingido pelo ato praticado.

Preliminarmente deve ficar registrada a uniformização de jurisprudência adotada por essa Corte de Contas, publicada em 30/09/08, quando do julgamento da Consulta feita pelo Legislativo Municipal de Passo Fundo, como segue:

Em virtude dos votos divergentes proferidos e sendo inequívocos que firmes, sólidas e de convencimento absoluto cada posição adotada, resta evidente que cabe, tão somente, fazer-se o cômputo dos Votos, procedendo a um Voto médio de acordo com aquelas posições que são vencedoras...

No que tange ao pagamento do décimo terceiro, segundo o Voto deste Relator e dos Conselheiros Santolim, Miola e Mariotti, a tese vencedora é no sentido de que deve haver previsão em dispositivo legal e obediência ao princípio da anterioridade.

Como se lê no texto, até o final do ano de 2008, não existia uma posição concreta a ser seguida, diante dos diversos Votos em relação a matéria qual deveria ser a posição do Gestor Municipal, seguir a Constituição Federal ou “escolher” um dos entendimentos da Corte?

Contudo, o Voto Médio foi aprovado faltando apenas 3 meses para o encerramento do ano, não tendo como ser objeto de aponte no exercício de 2008, como no caso em tela.

Mesmo assim cabe esclarecer melhor a matéria, sobre a possibilidade dos agentes políticos receberem o 13º salário mesmo sem lei local específica autorizativa já que no ordenamento jurídico brasileiro a Constituição Federal é a Lei Superior, não podendo ser modificada leis infraconstitucionais ou por interpretações equivocadas.

Sobre o décimo terceiro salário, assim dispõe a Constituição Federal, em seu art. 7º, incisos VIII e XVII:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

Assim, a situação se depara com uma das vantagens prevista pela Carta da República e que independem de regulamentação ou de normatização ordinária para ser aplicada. O benefício abrange a todos aqueles que exercem um determinado tipo de atividade laboral, independentemente de sua natureza, tipificação, vinculação ou qualquer outra ramificação que seja inerente ao exercício do trabalho.

Os artigos 29 e 39 da CF/88, são de observância cogente pelos Municípios, em razão do princípio da simetria ao modelo constitucional, consagrado no artigo 8º da Constituição Estadual, destaco lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

... - ao se tratar do limite remuneratório dos servidores públicos -, o disposto no art. 39, §4º, tem que ser entendido com certos contemperamentos, não se podendo admitir que os remunerados por

subsídio, isto é, por parcela única, fiquem privados de certas garantias constitucionais que lhes resultam do §3º do mesmo artigo, combinado com diversos incisos do art. 7º, a que ele se reporta. Por esta razão, quando for o caso, haverão de lhes ser aditados tais acréscimos, deixando, em tais hipóteses, de ser única a parcela que os retribuirá.¹

Ainda, pela constitucionalidade do pagamento da rubrica em comento a Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, assim já se manifestou este Tribunal Pleno, por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 70015120249, Relatado pelo Desembargador Osvaldo Stefanello, julgado em 21.08.2006, do qual destaco o seguinte trecho:

“Sobre o décimo terceiro salário e o terço de férias, assim dispõe a Constituição Federal

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

(...)

XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

Com efeito, trata-se de vantagens constitucionais, que não dependem de legislação infraconstitucional para serem consideradas devidas e alcançadas a todos os trabalhadores, sejam eles da iniciativa privada ou servidores públicos.

Neste sentido já se manifestou o eminente Desembargador ADÃO SÉRGIO DO NASCIMENTO CASSIANO no julgamento da ADIN 70012948279:

“(...) Essas regras do art. 7º da Carta Política, como é de comum sabença, estão integradas no Capítulo II, que trata dos direitos sociais, o qual, por sua vez, pertence ao Título II da Carta, que cuida dos direitos e garantias fundamentais, razão pela qual se tratam de direitos individuais auto-aplicáveis e de eficácia plena (§ 1º do art. 5º da CF/88) que não dependem de legislação inferior para serem invocados – inclusive na via jurisdicional – pelos trabalhadores brasileiros.

Além disso, a disposição constitucional refere ao gênero “trabalhadores urbanos e rurais”, aí incluídos não só os empregados da iniciativa privada, mas também os servidores públicos de qualquer natureza, inclusive os agentes políticos, enquadrados na categoria de servidores públicos lato sensu.

Portanto, o décimo terceiro salário e o terço de férias – assim como as próprias férias – são remunerações devidas a todo e qualquer trabalhador por força da própria Constituição Federal, de modo que

¹ Curso de direito administrativo, 21ª edição, Malheiros, p. 259.

todo e qualquer trabalhador só pode ser excluído dessa vantagem por meio de regra específica também de ordem constitucional.

Ademais, uma tal disposição, como regra de exclusão de direitos, além de ser específica, deve ser clara e precisa, não podendo ser deduzida por simples interpretação.

E mais: a supressão de tais vantagens só pode ser feita por regra do Poder Constituinte originário, pois, tratando-se de direitos e garantias individuais, ditas vantagens estão cobertas pela cláusula de intangibilidade pelo poder constituinte meramente congressional, a teor do disposto no art. 60, § 4º, inciso IV, da Carta Magna.

Assim, ditos direitos e garantias não podem ser retirados dos trabalhadores por meio de simples emenda constitucional meramente congressional, cabendo lembrar, que as alterações procedidas na questão dos subsídios, decorrem de emendas constitucionais provenientes do poder constituinte derivado ou meramente congressional, que não poderiam, mesmo que tivessem tratado do tema da exclusão do décimo terceiro e do terço de férias – e não trataram, como se verá adiante – eliminar direitos e garantias individuais.”

Também pode ser trazido à argumentação, a previsão do art. 39, § 4º da Carta da República, onde se verifica não haver exclusão ou indicação específica da retirada de tais direitos sociais aos agentes políticos. Em termos comparativos, ainda, o disposto no parágrafo anterior, estende expressamente o décimo terceiro subsídio, bem como as férias com seu um terço, a “*todos os servidores ocupantes de cargo público*”, não fazendo qualquer restrição a servidor eleito e nem a servidor que seja agente político.

Dizem os textos referidos:

Art. 39, § 3º - Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º - O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Ainda, adotando a leitura dos textos constitucionais, é imperioso transcrever a previsão do art. 7º, incisos IV e VIII, combinado com o XIII, para justificar o enquadramento legal no pagamento ora em exame:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

.....

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

.....

XIII - duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

Assim, o exercente de mandato eletivo municipal, devidamente equiparado a todo agente público, latu sensu, detém uma atividade laboral que em muito supera a jornada de qualquer outro trabalhador, não podendo se fazer distinção ou discriminação neste sentido.

O Prefeito Municipal e seu vice são ocupantes do cargo eletivos nas 24 horas do dia, na percebendo qualquer remuneração adicional a título de horas extras ou por jornada de trabalho em feriados e finais de semana. Portanto, nada mais justo e legal do que ser tratado de forma igualitária aos demais trabalhadores do país.

Se fosse a intenção do legislador em discriminar claramente o benefício aos agentes políticos eletivos, certamente o teria feito em norma específica, o que jamais ocorreu. Portanto, inexistente dispositivo violado com o pagamento da 13ª remuneração dos agentes políticos. Ao contrário, a Constituição Federal assim prevê e assim autoriza.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça vem decidindo pela legalidade do pagamento de décimo terceiro salário aos agentes políticos, haja vista a autorização constitucional, como segue:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO. POSSIBILIDADE DE PERCEPÇÃO DE 13º SALÁRIO POR AGENTE POLÍTICO. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DESTA CORTE PELA CONSTITUCIONALIDADE DO PAGAMENTO DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO A PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70027410182, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Silveira Difini, Julgado em 17/12/2008)

ACAO CIVIL POUblica. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FERIAS. PREFEITO MUNICIPAL. CONSOANTE DISPOSITIVO ENCARTADO NA CONSTITUICAO FEDERAL DE 1988, TODO O TRABALHADOR URBANO TEM DIREITO A RECEBER FERIAS REMUNERADAS E DECIMO TERCEIRO SALARIO, REGRQ QUE E EXTENSIVA A TODOS OS AGENTES POLITICOS, INCLUSIVE PREFEITOS MUNICIPAIS, DISPENSADA NORMA INFRACONSTITUCIONAL PARA A REGULACAO DA MATERIA. PRETENSAO DEDUZIDA POR AGENTE POLITICO COM BASE EM PARECERES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. AUSENCIA DE COMPROVADA MA-FE. SENTENCA DE IMPROCEDENCIA.APELO NAO PROVIDO.(FLS.7) (Apelação Cível Nº 70000898742, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Augusto Otávio Stern, Julgado em 19/10/2000)

Neste sentido manifestou-se a Eminente Desembargadora Maria Isabel de Azevedo e Souza, na ADIN 70012950473, cujo teor é merecedor de uma leitura integral:

Da leitura do artigo 39, § 4º, da Constituição da República, constata-se que ele apenas limitou a remuneração dos agentes nele mencionados pelo exercício das suas respectivas funções por meio de uma única parcela. Nada dispôs a Constituição da República acerca da sua periodicidade, sobre o número de subsídios por ano nem sobre a remuneração correspondente às férias, não se confundindo o critério eleito para a determinação do valor do subsídio, ou seja, a exigência de parcela única, com a sua periodicidade, com o número anual de subsídios nem com o valor dos subsídios referente às férias.

Dizer que o subsídio corresponde a uma única parcela não significa, portanto, em absoluto, que são devidas apenas 12 parcelas anuais do valor do subsídio nem que o subsídio correspondente às férias não pode ser acrescido de um terço.

Tais parcelas em nada afetam o valor do subsídio em si. E é isso o que a Constituição da República proíbe: a variação do valor do subsídio do agente público, a exemplo dos vencimentos, de modo que seu respectivo montante fique sujeito a mutações pela intervenção de acréscimos dos mais variados. Ao fixar como forma de remuneração o subsídio em parcela única, extinguiu o constituinte derivado o sistema remuneratório anterior que previa, para a remuneração ordinária, "o padrão fixado em lei mais as vantagens pecuniárias de variada natureza previstas na legislação estatutária".²

O pagamento do 13º subsídio e do acréscimo de 1/3 pela fruição das férias não torna variável o valor do subsídio, importando, apenas, o pagamento anual de treze e 1/3 parcelas anuais. Como já dito acima, não fixou a Constituição da República a remuneração via subsídio ao pagamento de apenas 12 parcelas fixas anualmente. Ademais, não tratou nem deveria tratar a Constituição da República dos pressupostos do pagamento do subsídio, razão pela qual não dispôs acerca das férias,

² DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 463.

doença, licenças, etc. Limitou-se a dizer que corresponde a uma única parcela. Da definição de subsídio – remuneração composta de uma única parcela – logicamente não resulta a proibição, com a mais respeitosa vênia do entendimento em sentido contrário, que está proibido o pagamento do 13º subsídio, a chamada gratificação natalina, e o acréscimo de 1/3 das férias. Para esse resultado, teria sido indispensável tivesse o constituinte derivado limitado o pagamento do subsídio a uma parcela fixa anual ou a 12 ou menos parcelas mensais.

A interpretação teleológica dos referidos dispositivos constitucionais, que “é a regra superior, que sobrepuja a todas as outras e cuja inobservância é causa de erros diários nos pretórios e no Parlamento, consiste em indagar o fim da lei, a razão de ser de uma providência legislativa, o objetivo que se teve em mira ao inserir um artigo, ou parágrafo, no texto constitucional”³, leva à idêntica conclusão. Ora, o que pretendeu o constituinte por meio do subsídio foi tornar transparente a remuneração dos agentes políticos e não lhes negar direitos reconhecidos a todos os trabalhadores.

José Afonso da Silva afirma que :⁴

“A primeira razão da exigência de parcela única consiste em afastar essa duplicidade de parcelas que a tradição configurava nos subsídios. A proibição expressa de acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória reforça o repúdio ao conceito tradicional e elimina o vício de fragmentar a remuneração com múltiplos penduricalhos, que desfiguram o sistema retributivo do agente público, gerando desigualdades e injustiças. Mas o conceito de parcela única só repele os acréscimos de espécies remuneratórias do trabalho normal do servidor.”

Segundo a Professora Odete Medauar⁵

“Com a Emenda Constitucional 19/98, a Constituição Federal agora prevê mais um tipo de estipêndio, o subsídio, para certas categorias de servidores. A característica fundamental do subsídio está na sua fixação em parcela única, conforme dispõe o § 4º do art. 39 da CF, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. De regra, a retribuição pecuniária dos agentes públicos ocorre mensalmente; por isso a parcela única diz respeito a cada retribuição mensal. O sentido de parcela única, sem qualquer acréscimo, é atenuado pela própria Constituição Federal; o § 3º do art. 39 assegura aos ocupantes de cargos públicos vários direitos previstos para os trabalhadores do setor privado: décimo terceiro salário, salário-família, adicional noturno, remuneração por serviço extraordinário, adicional de férias – tais direitos representam acréscimos ao subsídio. Também hão de ser pagas aos agentes públicos

³ MAXIMILIANO, Carlos. Comentários à Constituição Brasileira. V. I. 5ª ed. Livraria Freitas Bastos S. A. 1954, p. 143.

⁴ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 23ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 664/665.

⁵ MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. 8ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 322/323.

despesas decorrentes do exercício do cargo, como é o caso das diárias e ajudas de custo."

Diogo de Figueiredo Moreira Neto⁶, ao comentar a Reforma Administrativa veiculada pela Emenda Constitucional nº 19/98, assim pronunciou-se:

"Em virtude do alto sentido social do dispositivo, as expressões 'servidores' e 'ocupantes de cargo público' devem ser aqui tomadas em seu sentido amplo, incluindo os que percebem subsídios no desempenho de cargo público estranhos à administração ativa, como ocorre com os magistrados, membros do Ministério Público, da Advocacia Pública, da Defensoria Pública e membros de Tribunais e Conselhos de Contas. Nada há a estranhar que esses cargos possam ser tratados nesta Seção II, do Capítulo VII, do Título III quando a finalidade do legislador constituinte derivado foi a de homogeneizar a aplicação de certos institutos de amplo espectro, como é caso dos direitos sociais.

Observe-se que é neste mesmo artigo 39, no parágrafo que se segue, que se institui a modalidade estipendial do subsídio, com expressa referência a cargo políticos, como os de membros de Poder, detentores de mandato eletivo, Ministros de Estado e Secretários Estaduais e Municipais."

Conforme registrou o Des. Henrique Osvaldo Poeta Roenick, em seu voto divergente, tratando-se de direitos previstos constitucionalmente aos trabalhadores urbanos e rurais, inclusive os servidores públicos, também são aplicáveis aos agentes políticos, detentores de cargos públicos em sentido lato. Com efeito, não se pode crer que o constituinte derivado tenha pretendido excluir a percepção da remuneração de férias e da gratificação natalina apenas dos agentes políticos.

Por isso, com a vênia dos entendimentos em sentido contrário, não são inconstitucionais os artigos ora impugnados que prevêm o pagamento do 13º subsídio e de 1/3 de férias.

Interpretação contrária das normas constitucionais implicaria discriminação injustificada dos agentes políticos no exercício de mandato eletivo, configurando-se em verdadeiro golpe à forma republicana de governo e, em última análise, à própria democracia representativa. Nestas condições, é de ser julgada improcedente a ação em relação aos artigos 5º e 7º da Lei Municipal 959/04."

Ademais, há uma gama de legislações esparramadas por todos os Municípios do Estado, cuja previsão contém inúmeras variações em seu conteúdo. Dada eventual exigência de rigorismo formal em tais previsões, por certo haveria uma quantidade expressiva de normas locais sem o regular amparo constitucional, o que também excluiria a pretensão autorizativa do pagamento.

⁶ MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Aparentamentos sobre a reforma administrativa. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 78.

Também há inúmeros Municípios do Estado que sequer possuem legislação específica local que trata da matéria, seja por razões de entendimento e compreensão da necessidade ou não da criação de lei sobre a matéria, seja também por razões de ordem política, tendo em vista que a norma legal de fixação dos subsídios dos Prefeitos e Vices deve ter origem na Câmara Municipal de Vereadores.

Desta forma, os detentores de mandatos eletivos junto ao Poder Executivo sempre ficariam à mercê da situação momentânea da Câmara Municipal, de acordo com sua composição partidária ou de alianças, não havendo critério técnico ou jurídico que norteasse a conduta neste particular.

Estaria, a grosso modo, sendo criada duas espécies de agentes políticos: aqueles com legislação própria que apenas reproduzisse a autorização da Carta Federal e os demais detentores de mandato eletivo, jogados à própria sorte, ficando na dependência das questões locais de natureza política e partidária.

A discriminação ocorreria igualmente de duas formas ao se negar o pagamento do 13º subsídio ao Prefeito e seu Vice, mesmo sem a edição de norma local. A primeira em relação aos demais gestores municipais que lograram êxito quanto à propositura da norma local pelo Poder Legislativo e a segunda em relação ao texto da Constituição que prevê claramente o pagamento do 13º para todos os trabalhadores, independentemente de seu vínculo.

Ainda, para corroborar neste entendimento, a previdência geral tem lançado seus descontos previdenciários sobre o subsídio de todos os agentes políticos, detentores ou não de mandatos eletivos, com a alegação de que se trata de percepção de salário e incidente a exação do INSS.

Ora, a regra não pode ser aplicada somente para o caso do desconto, retirando da composição do subsídio o montante pertinente à alíquota previdenciária, sempre executada pelo teto das contribuições. Deve ser utilizada a mesma argumentação legal para ser paga a 13ª remuneração, eis que também se trata de salário dos agentes, sujeitos aos descontos regulares, inclusive o imposto de renda retido na fonte.

Por estas razões, o princípio da legalidade deve ser invocado sim, especialmente quanto à autorização expressa da Constituição Federal, cujo texto é auto – aplicável, independentemente da existência de lei municipal ou não.

10. ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

10.1. Desconto em Folha a Favor de Terceiros em Desacordo com a Legislação Local

Referente ao aponte acima destacada cumpre esclarecer que a Administração passada 2005/2008, firmou contrato/convênio com o Banco Banrisul repassando todo pagamento da folha funcional a esta instituição.

Com essa vinculação o Banco usou tal contrato para oferecer recursos de toda ordem aos funcionários, gerando um descontrole, pois as autorizações vinham do Banco para o Prefeito Municipal, sem passar pelo Departamento de pessoal.

Hoje, porém, o Gestor não está mais autorizando qualquer desconto em folha sem que tenha o aval do responsável pelo Departamento de pessoal, o que evitará descontos acima de 30% dos vencimentos.

Quanto a não regulamentação de um sistema para repor os custos dessas operações de desconto em folha, justifica-se:

a) as operações com o Banco Banrisul S/A que são maioria estão atreladas ao Contrato firmado em 2007;

b) ainda que a regulamentação para cobrir custos com tais operações certamente recairá sobre os Servidores, iremos estudar medida, projeto de lei a regular a matéria.

10.2. Cargos em Comissão – Não Fixação de Atribuições por Lei

Conforme esclarecimentos prestados nos itens 2.6 e 2.6.1, o Município possui inúmeras Leis editadas ao longo dos anos, dispondo sobre o quadro de pessoal seja efetivo ou comissionado, o que é causa de verdadeiro descontrole.

Estamos providenciando a adequação dessas situações com a elaboração de Lei única dentro das exigências legais, ou seja com descrição das atribuições, carga horária, nível de escolaridade, forma de provimento, etc.

Nesse sentido se requer que seja considerado, pois ainda no primeiro semestre de 2011 se terá uma única Lei própria e adequada.

10.3. Defesa Judicial do Município Realizada por Ocupante de Cargo em Comissão e por Advogado Vinculado a Prestadora de Serviço

Realmente as leis que dispõem sobre criação de cargos e funções não contemplam o cargo de “Procurador Jurídico”, o que irá ser regularizado com a nova Lei do quadro, conforme já referido nos itens anteriores.

Quanto ao entendimento que o Procurador do Município não pode ser investido em Cargo em Comissão, se discorda da Auditoria, principalmente porque há Municípios maiores que o nosso, com volume de trabalho superior, mas que não dispõem nos seus quadros de cargos efetivos nessa área.

Outrossim, a nível municipal o procurado necessita ser muito bom tecnicamente pois a função abrange matérias administrativas, cíveis, trabalhistas,

previdenciárias, do trânsito, ambiental, etc., sendo assim, é impossível pretender que um profissional seja capaz de responder por todos esses assuntos.

Pelo que, o “bom desempenho” dessas funções não está atrelado unicamente a confiança como consta no Relatório, mas ao conhecimento técnico e jurídico.

O prestador de serviço vincula-se ao objeto do contrato, que obviamente deve seguir até o fim sob pena de responsabilidade, sendo portanto um equívoco afirmar que o rompimento do contrato, fariam perder as estratégias de defesa.

11. DESPESAS

11.1. Despesas Sem Autorização Legislativa

Acerca da contratação de serviços técnicos especializados pela Associação dos Municípios, visando o acompanhamento regular e permanente dos projetos que tramitam nos diversos órgãos do Governo Federal, em Brasília, bem como a assessoria ao Município no tocante à verificação e complementação de documentos e ainda o assessoramento do Administrador quanto estiver na capital federal, com marcação de audiências e atenção permanente junto aos Ministérios.

Inicialmente, cabe referir que é da competência da Assembléia Geral e dos seus Municípios associados a definição e deliberação sobre as ações e serviços que pretendem empreender, seja de forma coletiva, ou por meio de grupos de interessados. Desta feita, a entidade regional, por seu órgão máximo, detém as condições legais para a tomada de decisões neste sentido.

A mensalidade da Associação, como de resto ocorre em todas as demais entidades que agregam os Municípios, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, tem sido utilizada para a cobertura do custeio gerencial, operacional e das demais despesas administrativas, bem como para outras atividades de natureza técnica ou para a prestação de serviços devidamente aprovados em Assembléia Geral.

Por evidente, a entidade atua de modo extraordinário, em situações específicas e pontuais, onde determinado ato poderá ser de interesse geral e comum a todos os associados. No caso em análise, a Associação atua em nome do conjunto dos Municípios, visando agregar serviços a serem prestados para a Associação e para seus filiados, reduzindo custos individuais e obtendo o atingimento das metas desejadas.

Se o Município tiver interesse em participar da iniciativa da Associação, no sentido de obter uma prestação de serviços específica junto aos mais diferentes órgãos federais em Brasília, deverá tão somente concordar com a deliberação da Assembléia Geral, cuja reunião dos associados define qual projeto, quem contratar, em que prazo e em quais valores ocorrerá a relação contratual. Em

caso negativo, a manifestação contrária será registrada em ata e não haverá a participação do Município.

Preciso ainda ressaltar que a Associação dos Municípios é uma entidade privada e não pública. A filiação de cada associado ocorreu, desde seu início, através de autorização legislativa, onde também restou autorizada a cobertura das despesas decorrentes daquela lei municipal.

Desta forma, quem define a forma de contratação é a Associação, através das discussões estabelecidas na Assembléia Geral. Não há necessidade de licitação, já que se trata de entidade privada e o empenho do Município se dará na mesma rubrica da mensalidade da Associação, como historicamente tem acontecido.

Se o Município não dispuser de dotação orçamentária suficiente para a cobertura de tal contratação, poderá suplementar a mesma, acrescentando os valores pertinentes ao objeto da ação empreendida pela Associação, sem inovações adicionais.

Estas ações são empreendidas de forma conjunta para a efetiva redução de custos, na medida em que o interesse é geral dos Municípios e a contratação com vários filiados acarreta a prestação dos mesmos serviços, porém, com valores menores individualmente.

Por fim, é necessário destacar que a relação de trabalho estabelecida deve ser satisfatoriamente comprovada, ou seja, a empresa contratada deve prestar contas mensal ou bimestralmente de todos os atos e atividades que está realizando em nome ou na representação do Município, com a finalidade de caracterizar a liquidação da despesa efetuada. Esta prestação de contas poderá ser efetivada mediante relatórios, agendamentos, acompanhamento processual e dos projetos que tramitam nos Ministérios e outros órgãos, enfim, documentos hábeis que sejam suficientes para justificar plenamente o investimento mensal realizado.

Assessoria Jurídica:

Labora em flagrante equívoco a equipe de auditoria. As contratações não são através da AMUCELEIRO, mas sim pela AMUCELEIRO, diretamente com os contratados. As despesas ditas como irregular têm amparo na Lei Municipal que define e autoriza o repasse à Associação dos Municípios da Região Celeiro.

O contratante, no caso em concreto, é a associação que, dentre as suas finalidades estatutárias, possui poder de contratar serviços para disponibilizá-los aos associados que, obviamente, são os Municípios que a integram. Assim, os serviços são prestados e contratados, sempre dentro das diretrizes estabelecidas pela referida entidade representativa.

Portanto, considerando que o repasse é efetuado com amparo legal, que o titular dos serviços é a associação, que está pessoa jurídica de direito privado e, por fim, sua finalidade estatutária prevê tal atividade, não há modo de considerar-se a despesa como irregular.

A posição de absoluta legalidade no procedimento de vinculação do Município com a assessoria jurídica e administrativa apontada, já restou plenamente pacificada em diversos julgamentos desta Corte de Contas.

Por derradeiro, na mais recente decisão do TCE a respeito da contratação em exame, o TCE se manifestou no processo 2941-02.00/06-7, pela sua equipe do Serviço de Instrução de Contas Municipais – SICM e pelo voto da lavra do Eminentíssimo Conselheiro Helio Mileski.

A instrução técnica opinou da seguinte forma:

“Efetivamente, o assessoramento oferecido comporta parte das atribuições dos cargos citados, porém sob a forma de assessoria, mediante provocação do associado. E embora exista um servidor para atender à atividade jurídica do Município, esta Corte vem decidindo, nesses casos, no sentido de ser do Administrador o juízo de conveniência e oportunidade para tais contratações, afastando as glosas sugeridas e regularizando os apontes correspondentes, conforme os Procs. n.ºs 2509-02.00/99-9, 1729-02.00/98-3, 2899-02.00/02-7, 6324-02.00/03-7, 2834-02.00/03-0 e 2781-02.00/03-3. Dessarte, com suporte nas decisões citadas, opina-se por regularizar o apontado e afastar a sugestão de glosa.”

Assim é oportuno transcrever o voto de Eminentíssimo Conselheiro Helio Saul Mileski, na sessão da segunda câmara sobre a mesma matéria:

Prestação de Contas 002438-02.00/06-3

Exercício 2005 - 22/03/2007

SEGUNDA CÂMARA

CONS. HELIO SAUL MILESKI

EXECUTIVO MUNICIPAL DE SALVADOR DAS MISSÕES

“Relativamente ao item 9.1, a falha apontada está fundada na contratação de serviços de assessoria jurídica em inobservância ao princípio da economicidade, pois que, além de já haver assessoria jurídica do município, a Administração local firmou, via ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DAS MISSÕES - AMM, contratação da empresa especializada para a prestação dos mesmos serviços.

Alega ainda, a auditoria, que o Município também efetua pagamento de mensalidade junto a AMM, à título de contribuição social, pelo que também estaria abrangida a prestação de serviços de assessoria jurídica, configurando, assim, o pagamento

desnecessário e, por via de consequência, causador de prejuízo aos cofres da municipalidade.

No que tange à assessoria jurídica do Município, é notório que os municípios, em especial aqueles com menores disponibilidades financeiras, não possuem assessorias jurídicas capacitadas ao atendimento de toda a gama de demandas que envolvem a administração pública municipal. No caso em tela, via ato discricionário, o Gestor municipal, em atendimento ao exigido zelo pelo patrimônio comum e no intuito de garantir a legalidade dos atos administrativos por ele exarados, buscou alcançar assessoramento especializado nas matérias que envolvem a gestão pública. Assim, entendendo que o procedimento adotado pelo Gestor local está revestido de legalidade, pois que atende à finalidade e o interesse público, tendo em vista a liberdade de escolha, segundo os critérios de conveniência e oportunidade, para a prática dos atos administrativos de caráter discricionário de competência do Chefe do Poder Executivo."

E o valor desembolsado pelo erário é significativamente reduzido, em se tratando de uma Consultoria Jurídica com mais de 10 anos de experiência, contando com profissionais capacitados. A empresa presta assessoria à Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS e obteve, há dois anos, a certificação ISO 9001:2000, idêntica a do TCE/RS.

Importante ressaltar ainda que, muito embora a auditada tenha em seus quadros profissionais com a mesma formação acadêmica, ou seja, com a mesma graduação universitária, tal fato não significa dizer que todos poderão realizar as mesmas tarefas, com os conteúdos exigidos, com idêntica qualificação técnica e com os mesmos resultados.

A Contratada – Consultoria em Direito Público/CDP – é uma empresa que se especializou no ramo do direito público e administrativo, trabalhando com centenas de Municípios no Estado e em outros da Federação, inclusive prestando serviços a Tribunal de Contas de outro Estado, bem como a diversos entes públicos. Tal situação demanda longo período de preparo e maturação, estudos permanentes e capacitação específica, visando ofertar os melhores serviços de assessoria e consultoria numa das áreas mais especializadas do conhecimento: gestão e direito públicos.

É notório que os profissionais que atuam nos Municípios possuem severas dificuldades de atualização, grande parte em razão da estrutura local que não possibilita as condições para tanto, com baixa remuneração e excesso de atribuições, e, de outra banda, em vista da falta de tempo para pesquisas mais aprofundadas, adequando as especificidades de cada caso genérico ao fato concreto, bem como pelas inúmeras atividades em seu campo profissional privado, no sentido de manter sua atividade regular, além do Município.

É nesta lacuna que entrou a CDP, buscando fornecer aos Municípios, aos assessores e procuradores jurídicos, bem como ao conjunto da Administração, especialmente às áreas de administração técnica, as ferramentas necessárias para o manejo da legislação e das ações de gestão, dentro das regras que norteiam o

serviço público. Não é tarefa fácil para ninguém, na medida em que se editam inúmeras normas em todos os âmbitos e esferas de Administração, bem como é preciso acompanhar diariamente as transformações jurisprudenciais de nossos Tribunais.

Ademais, o Município, como ainda os agentes políticos e servidores, detém a prestação de serviços em diversas frentes, utilizando-se da Consultoria das mais variadas formas.

Além do atendimento através de telefone, fax, correios, e-mail e no próprio escritório em Porto Alegre, a realiza visitas e reuniões esporádicas no Município ou ainda quando chamada, sem qualquer custo adicional.

Trata-se de uma necessidade imperiosa manter um serviço de assessoramento técnico e administrativo de profissionais especializados, visto que não há as mínimas condições de maior aprofundamento em estudos e pesquisas quanto ao direito administrativo por parte dos Procuradores locais.

A especialização é imprescindível e necessária. Os Municípios não possuem condições financeiras de bancar profissionais atuando somente para o Poder Público, razão pela qual há imensas dificuldades para os advogados locais dedicarem-se mais tempo ao desiderato público, muito embora fosse esse o desejo.

Cabe ainda colacionar alguns julgados importante quanto a contratação de assessoria jurídica, como segue:

HABEAS CORPUS 86.198-9 PARANÁ

RELATOR : MIN. SEPÚLVEDA PERTENCE
PACIENTE(S) : ADYR SEBASTIÃO FERREIRA
PACIENTE(S) : ÍRIA REGINA MARCHIORI
IMPETRANTE(S) : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ
ADVOGADO(A/S) : JOÃO DOS SANTOS GOMES FILHO
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: I. Habeas corpus: prescrição: ocorrência, no caso, tão-somente quanto ao primeiro dos aditamentos à denúncia (L. 8.666/93, art. 92), ocorrido em 28.9.93.

II. Alegação de nulidade da decisão que recebeu a denúncia no Tribunal de Justiça do Paraná: questão que não cabe ser analisada originariamente no Supremo Tribunal Federal e em relação à qual, de resto, a instrução do pedido é deficiente.

III. Habeas corpus: crimes previstos nos artigos 89 e 92 da L. 8.666/93: falta de justa causa para a ação penal, dada a inexigibilidade, no caso, de licitação para a contratação de serviços de advocacia.

1. A presença dos requisitos de notória especialização e confiança, ao lado do relevo do trabalho a ser contratado, que encontram respaldo da inequívoca prova documental trazida, permite concluir, no caso, pela inexigibilidade da licitação para a contratação dos serviços de advocacia.

2. Extrema dificuldade, de outro lado, da licitação de serviços de advocacia, dada a incompatibilidade com as limitações éticas e legais que da profissão (L. 8.906/94, art. 34, IV, e Código de Ética e Disciplina da OAB/1995, art. 7º).

Por fim, mas não menos importante, convém frisar que os serviços prestados à Associação têm beneficiado em muito ao Município, que obtém resultados satisfatórios e melhora a sua gestão dia-a-dia, bem como que esta Corte de Contas já apreciou a matéria em mais de uma oportunidade opinando pela validade da despesa.

Também importante afirmar que, sendo a locação de software contratada pela associação, a economicidade da locação é evidente, dentro de um preceito econômico denominado economia de escala, trazendo benefício à Municipalidade.

Conclusões e Finalidade Pública do Contrato

Trata-se de uma necessidade imperiosa manter um serviço de assessoramento técnico e administrativo de profissionais especializados, visto que não há as mínimas condições de maior aprofundamento em estudos e pesquisas quanto ao direito administrativo por parte dos Procuradores locais.

A especialização é imprescindível e imperiosa. Os Municípios não possuem condições financeiras de bancar profissionais atuando somente para o Poder Público, razão pela qual há imensas dificuldades para os advogados locais dedicarem-se mais tempo ao desiderato público, muito embora fosse esse o desejo.

Por esta razão, e tendo em vista que a matéria já foi objeto de apreciação, análise e decisão favorável quanto à legalidade e manutenção de tal contrato, requer seja desconsiderado o apontamento.

11.2. Confusão entre o Município e Entidade Privada

11.2.2 REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS – CONFUSÃO PATRIMONIAL

11.2.3. REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS – DESPESA CORRENTE

11.2.4. REPASSE DE RECURSOS PÚBLICOS

11.2.5 ADMISSÃO INDIRETA DE PESSOAL E UTILIZAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

Os itens acima tratam de sobre a entidade privada denominada Associação de Desenvolvimento Comunitário (ADM), cujo escopo declarado é o de promover o desenvolvimento municipal, criada em 1994, para prestação de serviços agrícolas.

Diante das considerações expostas cumpre dizer que será adotada medidas legais dentro de uma seqüência lógica, na busca de solucionar o caso, sem, contudo, incorrer em novos erros.

- a) criação dos cargos no quadro
- b) processo seletivo provisório
- c) concurso público

Anexa-se toda a prestação de contas da entidade, com a discriminação dos serviços prestados e a utilização dos valores repassados.

Ainda se junta Ata do dia 21/10/2010 com a alteração do Estatuto conforme entendimento desta Corte de Contas.

Neste sentido, de acordo com os documentos acostados, se requer o afastamento do aponte em tela.

12. PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E CONTRATOS

12.1. Ausência de Procedimento Licitatório

12.1.1. GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

12.1.2. MATERIAL DE LIMPEZA

Aponta a equipe de auditoria como possivelmente irregular a aquisição de gêneros alimentícios e material de limpeza,

A irregularidade residiria no fato de, em tese, o valor contratado ter ultrapassado o limite legal para dispensas de licitação em razão do valor.

Por primeiro há de se referir que não existe na Lei 8.666/93, na Constituição Federal ou em qualquer outra legislação correlata e pertinente qualquer estipulação de prazo para aquisições através de dispensa de licitação ou para qualquer modalidade licitatória e seus respectivos valores. Assim, a adição que faz a equipe de auditoria no período para apurar os valores dispendidos é construção da mesma, sem qualquer determinação ou amparo legal.

A regra para apuração das dispensas de licitação ou da determinação da modalidade licitatória a ser adotada, com fulcro no valor, é constituída por dois fatores, quais sejam, o valor propriamente dito e a previsibilidade.

Sob este aspecto, certo que são estimáveis gêneros alimentícios, material de limpeza, muito embora estes sejam de peridiocidade incerta.

Assim, diante da demanda administrativa que surgiu gradativamente, a Administração foi atendendo, sempre em pequenos valores que, individualmente, não ultrapassaram o limite legal para a dispensa de licitação. A realização de um ou mais procedimentos licitatórios, inviabilizaria a aquisição em tempo para o atendimento da demanda administrativa de gêneros alimentícios, material de limpeza, material de copa e cozinha e outros materiais .

Assim, a irregularidade, no sentido de não padronização da demanda, autoriza ao Município a realizar as contratações dentro de cada um dos eventos ocorridos, frisando que não há prejuízo ao erário ou falta de atendimento da demanda administrativa. Mais, os bens e produtos em tela são imprescindíveis, dado que tratam do atendimento à merenda escolar e higienização dos próprios municipais.

O objetivo da Administração foi o de preservação do erário, do patrimônio público e, precipuamente, do atendimento da demanda administrativa, no sentido de prover as necessidades da coletividade, com o fornecimento indispensável gêneros alimentícios, material de limpeza, material de copa e cozinha e outros materiais.

Apenas pelo exercício de argumentação, mesmo que a adição de valores realizada pela equipe de auditoria não seja elemento suficiente à superação do limite legal de dispensa, tal discrepância caracteriza, no caso em concreto, mera irregularidade formal, sem prejuízo qualquer ao erário.

Contudo, apesar da falta de licitação percebe-se que os itens adquiridos tanto de gêneros alimentícios como material de limpeza foram de diversos fornecedores do Município.

Fato que demonstra a boa-fé dos agentes, que mesmo não realizando a devida licitação propiciaram a participação na venda de vários fornecedores.

Já em 2010 houve a devida regularização, com adoção de medidas legais através de licitação, pelo que esperamos compreensão deste Órgão.

O apontamento não merece prosperar.

12.2. Serviços Advocatícios

12.2.1. INSUFICIENTE DESCRIÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO E DO CONTRATO

Aponta a equipe de auditoria como irregular processo licitatório para a contratação de empresa para serviços jurídicos.

A irregularidade residiria no fato de, em tese, as propostas dos licitantes não serem adequados ao objeto licitado e às condições do edital.

Equivocada está a equipe de auditoria.

A Lei de Licitações, em seu artigo 40, determina que o objeto da licitação deve ser posto de forma sucinta e clara, objetivamente e assim o fez a Administração Municipal.

Apresentaram propostas diversas empresas, todas atendendo ao mínimo exigido como requisitos do bem a ser ofertado e, dentro das ofertas, a Administração julgou e processou o processo licitatório de forma adequada e correta, recebendo a adjudicando o objeto à proposta de melhor condição, nos termos do edital.

A pretensão da equipe de auditoria é efetuar o julgamento das propostas, tarefa exclusiva da comissão de licitações.

Por certo, o julgamento e o procedimento estão absolutamente correto, não merecendo reparos.

O apontamento não pode prosperar.

12.2.2. IRREGULARIDADE NA FIXAÇÃO DO PREÇO

O contrato, de acordo com o apontamento, será revisto, inclusive com a imediata suspensão dos pagamentos.

13. RECEITAS

13.1. Ausência de Cobrança de Certidões do TCE/RS

Nesse aspecto, as medidas adotadas para cobrança/execução dos débitos, s.m.j., estavam equivocadas, o que poderia/pode ensejar anulação dos processos já propostos.

Equivocadas porque não eram incluídas, registradas, escrituradas contabilmente no Município, o que poderia ensejar prescrição da dívida.

Devidamente orientados nesse sentido, foram adotadas medidas legais conforme documentos em anexo datados do dia 10.09.2010, relativo as Certidões nºs 1683/2006, 1804/2006 e 230/2007.

Por ora entendemos ser a medida mais necessária, sendo uma consequência o encaminhamento das mesmas para o jurídico providenciar a devida execução.

14. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

14.1. Pavimentação com Pedras Irregulares e Drenagem Pluvial

Primeiro, cumpre esclarecer que todos os procedimentos relativos a essa obra ocorreram no ano de 2008, portanto sob a responsabilidade do gestor anterior.

Certo que o não estabelecimento de prazo para execução foi um erro e certamente a empresa vencedora tenha-se valido disso para executar a obra a passos de tartaruga.

O contrato não estabeleceu prazo para conclusão obra.

O cronograma físico-financeiro elaborado pela Municipalidade prevê execução em 120 dias.

Situações distintas que não vinculam, obrigam a empresa.

Razão pela qual, entendemos que a multa de 3% apontada pela Equipe de Auditoria não é direito certo, por não ter sido prevista.

Noutro aspecto a obra hoje está devidamente concluída e acabada.

Nesse sentido resta provado que este administrador cumpriu com o que fora determinado por este Tribunal, e para tanto deve ser desconsiderado os apontamentos constantes no relatório de auditoria.

Diante dos fatos e dada a inatacável honestidade e ilibada conduta do Administrador, espera que, diante das justificativas apresentadas e das provas que traz aos autos, seja dado provimento às suas razões com a emissão de parecer favorável às suas contas no período auditado.

Termos em que pede deferimento.

Barra do Guarita, 21 de Setembro de 2010.



GLADIMIR CHIELE
OAB/RS 41.290